

AS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ: O EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO FORMAL?

Ana Carolina Veras do Nascimento

RESUMO

O objetivo principal do presente artigo é apresentar a concepção da educação profissional presente nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, criadas a partir do decreto nº 5.154/04. A fim de compreender esse objetivo, tomamos por base uma análise da legislação brasileira no que se refere a educação profissional, a análise dos documentos norteadores de tal proposta no Estado do Ceará. Como procedimentos metodológicos, foi realizada uma ampla revisão bibliográfica, tomando como amparo teórico/metodológico o materialismo histórico-dialético. Os resultados constatados foram que o Ensino Médio Integrado ao Profissional visa claramente a formação de “um novo tipo de trabalhador”, ou seja, a formação de um indivíduo empreendedor e habilitado para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação. Profissional. Ensino.

AS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEARÁ: O EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO FORMAL?

1 O QUE PROCURAMOS “DESVENDAR”

No Ceará a partir do ano de 2008 o governo do Estado passou a implantar na Rede Básica de Ensino Estadual uma rede de educação profissional, as escolas que compõe tal rede são denominadas: Escolas Estaduais de Educação Profissional (E.E.E.Ps) que pretendem incorporar o ensino em tempo integral (médio com o profissional).

Segundo a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), a iniciativa do ensino médio integrado ao profissional visa não somente a formação de técnicos para atuar de forma mais imediata no mercado de trabalho, mas também habilitar os jovens a concorrer a uma vaga nas universidades (CEARÁ, SEDUC, 2015a). O interessante era que na época, o governo deixava claro, que tal iniciativa também estava vinculada a tentativa de melhorar os índices educacionais do Estado, principalmente no ensino médio, que nos últimos anos vinha sofrendo um declínio, hoje, tal justificativa já não é apresentada no site da Secretaria de Educação.

Desde o ano de 2008, o número de escolas vem aumentando, e não apenas na capital, mas por todo o território do estado. Inicialmente, o Estado contava com 25 EEEPs e um total de 4.181 matrículas, que ofertavam, em 20 municípios. Até o final de 2014 contava com 106 EEEPs e 40.979 matrículas distribuídas em 82 municípios. Hoje, observamos que o número de escolas já aumentou em relação ao ano de 2014, contamos com 111 EEEPs¹ (CEARÁ, SEDUC, 2015b).

Durante o processo de implantação das primeiras escolas, o critério de escolha dos municípios que iriam receber as escolas profissionais foi possuir sede das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES)². A SEDUC também estabeleceu critérios para a escolha das escolas que iriam sediar a educação profissional³ que são “se situarem em áreas de vulnerabilidade social; apresentarem indicadores educacionais abaixo do esperado como forma de revitalizá-las; e estarem em condições mínimas necessárias à implantação” (CEARÁ, SEDUC, 2015c, s.p.).

A diversidade de cursos disponibilizados também vem aumentando desde o ano de 2008, (ano de implantação das primeiras escolas de educação profissional). Naquele período eram ofertados apenas quatro tipos: Informática, Enfermagem, Turismo, Segurança do Trabalho, e ao longo dos anos outros cursos foram criados. Hoje, existem 53 cursos distribuídos por 12 eixos tecnológicos (CEARA, SEDUC, 2015d).

A escolha dos cursos estava e está atrelada as características socioeconômicas dos municípios, considerando os arranjos produtivos locais, seja no setor agrícola, como no setor industrial, assim como na própria área do turismo. Sem contar que a escolha também está em diálogo com o chamado Projeto Estruturante⁴ do governo do Estado do Ceará. (CEARÁ, SEDUC, 2015c)

1 O número de matrículas ainda não foi divulgado, tendo em vista que o censo ainda não foi realizado.

2 O Estado do Ceará possui 20 CREDES distribuídas por todo o Estado.

3 Inicialmente, a grande maioria das EEEPs foram adaptadas, ou seja, escolas regulares foram reformadas para se adequarem a rede de educação profissional. Entretanto, segundo dados da SEDUC-CE, atualmente, das 111 escolas, 52 escolas são adaptadas as outras foram inauguradas e são padrão MEC.

4 Segundo a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) o Projeto Estruturante do Estado do Ceará seguiu as diretrizes nacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que busca um crescimento econômico do Brasil de forma acelerada e sustentada, com um grande investimento em infra estrutura, considerada por eles como um forte limitante no desenvolvimento do país. Os principais empreendimentos desse Projeto são: Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), Usina de Itaitia, Cinturão Digital, Pólo de Saúde do Eusébio e a Transnordestina Ceará.

A iniciativa cearense recebe, como principais fontes de financiamento, recursos advindos do Tesouro Estadual e do Programa “Brasil Profissionalizado⁵” que “visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica.” (BRASIL, MEC, 2013, s.p.). Através desse programa o governo federal repassa recursos para os estados investirem nas escolas técnicas. Para ganhar os recursos desse programa os estados devem assinar o compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094/96).

A partir do apresentado, por ser uma política recente que vem se expandindo muito no Ceará, por demandar um grande investimento do Estado e, principalmente por apresentar uma proposta pedagógica diferente das demais escolas Estaduais regulares, é importante conhecer mais a concepção de formação humana presente em tal proposta. Dessa forma, o objetivo da pesquisa é apresentar a concepção da educação profissional presente nas Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará.

Ressaltamos também que tal estudo faz parte de pesquisa de mestrado em educação e apresenta resultados parciais. Para a construção deste artigo foi realizada uma ampla revisão bibliográfica, tomando como amparo teórico/metodológico o materialismo histórico-dialético.

2 MUDANÇAS NO “MERCADO DE TRABALHO” E AS NOVAS EXIGÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR

Para compreendermos as mudanças que vêm ocorrendo na educação formal, principalmente na profissional, precisamos fazer uma análise mais ampla da realidade considerando o contexto econômico, histórico, social e cultural, já que a educação está completamente atrelada a todos esses complexos. Dessa forma, procuraremos tecer de forma breve, algumas mudanças ocorridas no sistema capitalista que acabaram por interferir nos rumos tomados pela educação.

Consideramos como marco para a nossa análise a crise⁵ que ocorreu a partir da década de 1970, que acabou provocando sérias transformações nas relações sociais. Na tentativa de superá-la, o capital se reinventa e se reorganiza de modo que promove mudanças significativas para toda a sociedade.

A resposta do capital a crise foi dada de forma a não transformar os seus pilares, reestruturando o padrão produtivo que estava amparado pelo binômio taylorismo/fordismo, forma hegemônica de organizar a produção capitalista durante o século XX até os anos 1960, cujos elementos constitutivos eram dados pela produção em massa, na linha de montagem e de produtos mais homogêneos, agregada ao gerenciamento científico “[...] através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro.” (ANTUNES, 2009, p.24). Esse padrão foi cedendo espaço para alternativas mais “flexíveis” com destaque para o toyotismo⁶, que veio atrelado a mudanças nas bases técnicas e tecnológicas, provocado pelos enormes avanços em diversas áreas do conhecimento, como a microeletrônica, os sistemas de informação, a biologia (engenharia genética, microbiologia, bioquímica) com amplas implicações para os processos produtivos.

5 Segundo Antunes (2009) o capitalismo apresentou sinais de crise a partir do início da década de 1970 em que se destacavam como principais causas: queda da taxa de lucro, especialmente pelo aumento do preço da força de trabalho; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais em virtude de fusões; crise do “Estado de bem-estar social”; acentuação das privatizações.

6 Para Antunes (2009) o toyotismo apresenta-se com as seguintes características: produção vinculada a demanda; trabalho operário em equipe, com multivariada de funções; flexibilidade nos processos produtivos; melhor aproveitamento possível do tempo; estrutura horizontalizada em que parcela significativa da produção era realizada por serviços terceirizados; organização dos círculos de controle de qualidade (CCQs); implantação do emprego vitalício.

Atrelada as mudanças no chão de fábrica, observamos que a concepção de Estado também foi se modificando, as políticas keynesianas, presentes no Estado de bem estar social não respondiam mais a crise do capitalismo. A intervenção do Estado foi sendo vista como prejudicial para a organização social, dessa forma, as idéias neoliberais passaram a adquirir uma importância impar. Nesse sentido, juntamente ao “novo padrão” associam-se as políticas neoliberais e o pensamento pós-moderno.

Todo o emaranhado de transformações ocorridos na sociedade capitalista trouxe um impacto fortíssimo para os trabalhadores, como apresentado tanto por Antunes (2011) como por Alves (2010) procuramos destacar o que consideramos mais importante para a presente pesquisa: primeiramente, conseguiu capturar a subjetividade operária, através da falsa idéia de participação nas decisões da empresa; segundo, um processo de desindustrialização, com o crescimento no setor de serviços; e, terceiro, identificamos o aumento do desemprego, em virtude da introdução da tecnologia em atividades que antes era exercida por operários.

Nesse contexto, marcado fortemente pelos ideais neoliberais, pela reestruturação produtiva, encontramos a defesa da educação como necessária para o desenvolvimento e para a melhoria da distribuição de renda da população, ou seja, ressurge a Teoria do Capital Humano, mas com uma nova roupagem. Agora, é concebido um novo perfil de trabalhador, polivalente, flexível e “criativo”, que possua habilidades e competências que garantam um maior status de empregabilidade, fruto do desemprego estrutural.

As modificações observadas nos rumos da educação foram frutos das transformações que vinham ocorrendo no mundo capitalista, que acabaram por mudar radicalmente as exigências para a formação do trabalhador e, como conseqüência, as demandas que se faz da escola. É necessário agora “métodos flexíveis de organização e gestão de trabalho, não só exigem novas competências, como também invadem a escola com os novos princípios do toyotismo” (KUENZER, 2005, p. 9). Os trabalhadores são portanto, adestrados a possuírem um comportamento flexível, de modo a adaptarem-se de forma rápida e eficiente as novas situações colocadas pelo mercado de trabalho (KUENZER, 2005).

Assim, o individuo passa a exercer sua capacidade de escolha, sendo responsável por sua formação, devendo adquirir os meios que o permita ser mais competitivo no mercado de trabalho. A escola agora é o órgão certificador do status de empregabilidade e não mais a garantia do futuro emprego, “a educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis” (SAVIANI, 2011, p. 430).

Saviani (2011) continua seu raciocínio afirmando que a luta por um bom status de empregabilidade, força o trabalhador a realizar diversos cursos, permanecer mais tempo na escola, a fim de escapar da condição de excluídos. Além da busca pelo emprego formal, existe uma forte propaganda do indivíduo empreendedor, do microempresário. Todos estes artifícios são encontrados também nas diretrizes impostas pelos organismos multilaterais, como podemos observar no documento coordenado por Jacques Delors, Educação: um tesouro a descobrir⁷:

O princípio geral de ação que deve presidir a esta perspectiva de um desenvolvimento baseado na participação responsável de todos os membros da sociedade é o incremento à iniciativa, ao trabalho em equipe, as sinergias, mas também ao auto-emprego e ao espírito empreendedor: é preciso ativar os recursos de cada país, mobilizar os saberes e os agentes locais, com vista à criação de novas atividades que afastem os malefícios do desemprego tecnológico. Nos países em desenvolvimento esta é a melhor via de conseguir e alimentar processos de desenvolvimento endógeno (DELORS, 1998, p.83).

7 O documento foi fruto de um estudo pós Conferencia de Jomtien, escrito por pensadores da área de educação, da *Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI*, coordenada pelo consultor da ONU Jacques Delors (MAIA & JIMENEZ,2004).

Segundo Maia e Jimenez (2004) o documento formula tanto os princípios pedagógicos, bem como os problemas e soluções apresentadas na Conferencia de Jomtien, no capítulo intitulado *Princípios: os Quatro Pilares da Educação*, “a Comissão assinala as bases e os fundamentos que devem guiar a pedagogia que responderá adequadamente aos desafios do século XXI” (p. 105).

Os autores acima, denominam o modelo apresentado nesse relatório como CHAVE (C de conhecimento, H habilidade, A de atitude, V de valores e E de existencial) e consideram que é a “base das atuais reformas educacionais postas em vigor em muitos países, inclusive no Brasil, pois em tese, apontaria para a superação dos complexos problemas educacionais contemporâneos [...]” (p.107), marcada por um processo educacional contínuo e flexível.

Assim reeditam “noções pinçadas de antigos receituários pedagógicos, prescreve-se um pomposo ideário educacional que tem como carro chefe o modelo de competências⁸” (p. 113).

Para Saviani (2011) existiu um forte empenho em introduzir o modelo de competência nas escolas e empresas na tentativa de ajustar o perfil do indivíduo as exigências da sociedade. É o que podemos identificar no trecho abaixo:

Por isso, nas empresas se busca substituir o conceito de qualificação pelo de competência e, nas escolas, procura-se passar do ensino centrado nas disciplinas de conhecimento para o ensino por competências referidas a situações determinadas. Em ambos os casos o objetivo é maximizar a eficiência, isto é, tornar os indivíduos mais produtivos tanto em sua inserção no processo de trabalho como em sua participação na vida da sociedade (p. 438).

Desse modo, após breve apresentação dos ideais pedagógicos presentes atualmente, retomamos ao debate da profissionalização do ensino, que também está inserida no interior de tal discussão. Acreditamos que, diferente dos demais debates sobre a profissionalização, acrescentamos que a proposta cearense em curso além de está fundamentada nos princípios do “aprender a aprender”, apresenta-se com uma viés fortemente empreendedora. Assim, procuraremos pontuar tal discussão no próximo tópico.

3 O EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS CEARENSES

Apontamos que nos marcos das políticas de educação profissional o Governo do Estado do Ceará implantou um modelo de Ensino Médio Integrado aderindo ao Programa Brasil Profissionalizado, sendo o carro-chefe da política educacional do Estado, principalmente em virtude do “inovador” projeto de ensino médio integrado ao profissional. A rede é uma realidade em expansão desde o ano de 2008, período que se iniciou a implantação.

As EEEPs foram concebidas para funcionarem em tempo integral, tendo as aulas distribuídas nos dois períodos. O currículo do ensino médio regular é ofertado concomitantemente ao da base profissionalizante, sendo dividido em duas partes: Base Comum Nacional, que compõe as disciplinas do ensino médio regular; e a base profissionalizante de nível médio, comportando as disciplinas profissionalizantes, bem como a parte diversificada que envolve Projeto de vida; Mundo do Trabalho, Temáticas, práticas e vivências; Empreendedorismo; Formação para a cidadania, entre outras (SEDUC-CE, 2013).

8 Sobre a pedagogia das competências não podemos deixar de destacar a contribuição de Marise Ramos, que rotula tal pedagogia como pedagogia da Sociedade do Conhecimento, da Sociedade pós-industrial ou da Sociedade Pós-Moderna. Aponta que as competências poderiam ser vistas como mediação entre a qualificação e o desempenho no cargo. O modelo de competências seria, na verdade, um modelo de gestão capaz de organizar a tensão entre conhecimentos e competências, permitindo, assim, ultrapassar o falso dilema entre qualificação do emprego e qualificação do indivíduo” (RAMOS, 2006, p.10).

Observamos a pedagogia do empreendedorismo⁹ presente nas escolas cearenses, entretanto, tal pedagogia está orientada pelos pressupostos da TESE (tecnologia Empresarial Sócio – Educacional), inspirada, pela TEO¹⁰ (Tecnologia Empresarial Odebrecht) fruto de uma experiência realizada no Estado de Pernambuco. Os conceitos que norteiam tal pedagogia, estão presentes e bem explicados (para não restar dúvidas!) na própria TESE que são:

Protagonismo juvenil – o jovem como partícipe em todas as ações da escola (problemas e soluções) e construtor do seu Projeto de Vida

Formação Continuada – educador em processo de aperfeiçoamento e comprometido com seu autodesenvolvimento.

Atitude empresarial – Centro voltado para o alcance dos objetivos e resultados pactuados, utilizando de forma competente as ferramentas de gestão, sobretudo a Pedagogia da Presença e a Educação pelo Trabalho. Corresponsabilidade – Parceiros públicos e privados comprometidos com a melhoria da qualidade do Ensino Médio.

Replicabilidade – Viabilidade da proposta possibilitando a sua reprodução na rede pública estadual (TESE/TEO, 2008, p .21).

A proposta vai ao encontro do Documento escrito por Jacques Delors, Educação: um tesouro a descobrir, reafirmando as características centrais dos novos trabalhadores inseridos na lógica flexível, agregando os conceitos da TESE aos quatro pilares da educação:

aprender a conhecer – adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer – poder agir sobre o meio envolvente;

aprender a viver juntos (conviver) – participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e

aprender a ser – realizar-se como pessoa em sua plenitude (TESE/TEO, 2008, p. 7).

No interior das instituições é divulgado além dos quatro propagandeados pilares da educação, a idéia do quinto pilar o “aprender a empreender”. Esse novo pilar surge como forma de fazer dos indivíduos novos empreendedores, caracterizados como “pró-ativos, inovadores, inventivos, flexíveis, com senso de oportunidade, com notável capacidade de provocar mudanças, etc” (COSTA, 2009, p. 181).

Na leitura da TESE observamos a forte defesa do protagonismo juvenil, do estudante pró-tivo, autônomo. Segundo os autores defensores de tal pedagogia, abordam que tais conceitos se refere a “uma forma de atuação com os jovens, a partir do que eles sentem e percebem da sua realidade. [...] Portanto, trata-se de uma postura pedagógica visceralmente contrária a qualquer tipo de paternalismo, assistencialismo ou manipulação” (COSTA E VIEIRA, 2006, p.23). Entretanto, apesar de tal descrição romântica, consideramos que a tônica de tais conceitos que vem cada vez mais invadindo a escola, nada mais é do que as orientações dos neoliberais de formação dos trabalhadores. Percebemos um forte viés individualista que responsabiliza o indivíduo por seu sucesso e fracasso, ou seja, pregam a necessidade do auto sacrifício para superar a pobreza.

No interior da escola os estudantes são banhados por tal filosofia e ideologia da TESE/TEO, são educados para compreendê-la, aceitá-la e praticá-la. Observamos a formação de jovens que carregam como principal ideal de vida a cultura empreendedora.

Para Cêa (2007) a proposta empreendedora além de ser uma resposta a retração do nível de emprego, desenvolve nos indivíduos as competências necessárias para atuar no mercado de

9 Tal pedagogia se faz presente não apenas na disciplina “Empreendedorismo”, mas perpassa todas as demais disciplinas, ou seja, é a filosofia da escola. Os alunos inclusive realizam projetos com o objetivo de desenvolver tal pedagogia.

10 “A Tecnologia Empresarial Odebrecht provê os fundamentos éticos, morais e conceituais para a condução dos negócios e a atuação de todos os integrantes da empresa Odebrecht Engenharia e Construção S.A.”

trabalho, os indivíduos são formados para identificar as oportunidades de investir, a possuir o “tino para os negócios”, ou seja, formam-se pequenos empresários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de concluir provisoriamente nossas análises, compreendemos que a dinâmica das Escolas Estaduais de Educação Profissional, visa claramente a formação de um “novo tipo de trabalhador”, pautado principalmente no quinto pilar da educação “saber empreender”, no qual os jovens são formados de modo a ingressarem no mundo do trabalho como sujeitos proativos e empreendedores.

Acreditamos que a crítica que deve ser lançada a esse projeto diz respeito a sua visão empreendedora de formação da classe trabalhadora, que em nada visa a formação integral do ser humano, mas foi a solução encontrada pelos capitalistas, embasada na nova roupagem da Teoria do capital Humano, para minimizar a insatisfação populacional fruto do grande desemprego. Ou seja, o indivíduo é responsável pelo seu sucesso e fracasso nas suas carreiras profissionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Brasil Profissionalizado**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663>. Acesso em: 06 de julho de 2013.

CEARÁ; SEDUC. **Educação Profissional – apresentação**. Disponível em: <http://www.educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=128>. Acesso em: 5 de junho de 2015a.

CEARÁ; SEDUC. **Educação Profissional – Criação das ETECs**. Disponível em: <http://www.educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=103>. Acesso em: 5 de junho de 2015b.

CEARÁ; SEDUC. **Educação Profissional – Escolas – Estrutura**. Disponível em: <http://www.educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=142>. Acesso em: 5 de junho de 2015c.

CEARA. Governo do Estado do Ceará. Secretaria de Educação Básica. **Catálogo de Cursos**. Disponível em: <http://www.educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=39&Itemid=149>. Acesso: 1 de junho de 2015d.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. **Fundamentos da idéia do empreendedorismo e a formação dos trabalhadores**. In CÊA, Georgia Sobreira dos Santos (Org.) O estado da arte da

formação do trabalhador no Brasil: pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 90. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. **Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo**. Revista Educação & Realidade. p.171-186, 2009

DELORS, Jacques (Org.) **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.

INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (Tese): uma nova escola para a Juventude Brasileira (escolas de ensino médio em tempo integral)**. PDF.

KUENZER, Acácia. **Exclusão incluyente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações de educação e trabalho**. 2005. PDF.

MAIA, Osterne & JIMENEZ, Susana Vasconcelos. A chave do saber: um exame crítico do novo paradigma educacional concebido pela ONU. IN: JIMENEZ, Susana Vasconcelos & RABELO, Jackline.(Orgs.). **Trabalho, Educação e Luta de Classes: A pesquisa em defesa da história**. Fortaleza: Editora Brasil Tropical, 2004, p. 105 – 124.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 3º edição – Campinas. SP: Autores Associados, 2011.